

O *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF E O DISCURSO SOBRE O APAZIGUAMENTO SOCIAL NA IMPRENSA BRASILEIRA

THE IMPEACHMENT OF DILMA ROUSSEFF AND THE DISCOURSE ON SOCIAL APPEASEMENT IN THE BRAZILIAN PRESS

Daniel Dantas LEMOS¹

Lucas Oliveira de MEDEIROS²

Bianca Pessoa Tenório WANDERLEY³

Universidade Federal do Rio Grande do Norte | Brasil

Resumo

Propomo-nos neste trabalho a analisar, sob a perspectiva da teoria mimética de René Girard, conforme exposta por Kirwan (2015) e Golsan (2014), enunciados que manifestam um dos discursos que operaram justificativas para o processo de impedimento da presidenta do Brasil, Dilma Rousseff: o apaziguamento da sociedade. Dentro da perspectiva de análise da interdiscursividade de Maingueneau (2008) e do discurso político de Charaudeau (2016), percebemos que foi operado um discurso de apaziguamento social, inclusive em enunciados jornalísticos, típico do mecanismo do "bode expiatório", dentro de uma formação discursiva antipetista, manifestado em três enunciados que analisamos aqui: o discurso de posse do presidente interino Michel Temer em 12 de maio de 2016, a fala do juiz responsável pela Operação Lava Jato Sérgio Moro em 11 de maio de 2016 e a capa da revista semanal *IstoÉ* (número 2424, de 25 de maio de 2016).

Palavras-chave

Jornalismo; Apaziguamento Social; Dilma Rousseff; Interdiscurso; Teoria Mimética.

Abstract

The propose in this work is analyze, from the perspective of the mimetic theory of René Girard, as presented by Kirwan (2015) and Golsan (2014), statements that manifest one of the speeches that have operated justifications for the process of impediment of the president of Brazil, Dilma Rousseff: the appeasement of society. From the perspective of the interdiscursivity analysis of Maingueneau (2008) and the political discourse of Charaudeau (2016), we perceive that a discourse of social appeasement, including journalistic statements, typical of the "scapegoat" mechanism, was carried out within an anti - three speeches that we have analyzed here: the inauguration speech of interim President Michel Temer on May 12, 2016, the speech of the judge responsible for Operation Lava Jato Sergio Moro on May 11, 2016 and the cover of the weekly magazine *IstoÉ* (number 2424, de May 25, 2016).

Keywords

Journalism; Social Appeasement; Dilma Rousseff; Interdiscourse; Mimetic Theory.

RECEBIDO EM 29 DE AGOSTO DE 2018
ACEITO EM 22 DE OUTUBRO DE 2018

¹ JORNALISTA. Doutor e Mestre em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Autor do livro "Blogs e as práticas de letramento digital: um estudo de caso sobre o Blog do Tas" (2014). Contato: danieldantas79@globocom.

² JORNALISTA. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte com bolsa de pesquisa financiada pela CAPES. Contato: lucasoliveirademedeiros@gmail.com.

³ Graduanda do curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Bolsista de Iniciação Científica da base de pesquisa em Estudos da Mídia com o projeto "Análise do discurso do jornalismo impresso potiguar a partir de princípios ético-morais e de seu posicionamento ideológico." sob a orientação do Prof. Dr. Daniel Dantas Lemos. Contato: bianca.ptw@hotmail.com.

Introdução

A existência do conflito no meio político é essencial para que se justifiquem as divergências entre grupos distintos sobre qualquer temática que seja de interesse público ou mesmo de interesse político desses grupos, que não necessariamente seja de interesse do público. O posicionamento adotado por cada grupo político numa democracia representativa, como é o Estado brasileiro, define alianças político-partidárias e confrontos que geram a dualidade “situação x oposição” no Poder Legislativo. É pela manutenção de uma maioria na condição de “situação” que o Poder Executivo consegue ter governabilidade.

Quando, por outro lado, a oposição consegue ser maioria no Poder Legislativo, não só a governabilidade fica ameaçada, como o próprio mandato do ocupante do Poder Executivo. É o que aconteceu no segundo mandato da presidenta do Brasil, Dilma Vana Rousseff, que passou por um processo de impedimento no Congresso Nacional em 2016, apoiado por outras instâncias da sociedade, como a mídia hegemônica.

A mídia, diz Charaudeau (2006), tem uma finalidade ambígua: como serviço de informação em benefício da cidadania – imagem mostrada – e como empresa inserida numa lógica comercial liberal – imagem que se busca ocultar. O discurso midiático dominante, que busca se firmar como “neutro” e “imparcial”, é ideológico, e se denomina assim para ocultar um posicionamento político e comercial para favorecer o seu papel social de informante oficial da sociedade.

Neste trabalho, sob a perspectiva da teoria mimética de René Girard, conforme exposta por Kirwan (2015) e Golsan (2014), e utilizando as ferramentas de análise do discurso propostas por Maingueneau (2008) e Charaudeau (2006, 2016), buscamos analisar enunciados que manifestam um dos discursos que operaram justificativas para o processo de impedimento da presidenta do Brasil, Dilma Vana Rousseff, qual seja, o apaziguamento da sociedade.

O apaziguamento social na teoria mimética

Segundo a teoria de Girard, o apaziguamento social é o propósito do mecanismo do bode expiatório: a ação de expulsão ou destruição de uma vítima, canalizando a violência resultante do conflito que deriva do desejo mimético, acontece porque uma ordem social desestabilizada e

posta em perigo, como diz Kirwan (2015, p. 88), leva a uma obsessão coletiva que conduz à solução da crise pela reorganização da agressão de “todos contra todos” para “todos contra um”. Assim, o grupo aponta o dedo à “causa” do distúrbio e se une para expulsar e destruir o “bode expiatório”. Do processo, surge o apaziguamento social.

Tal “apaziguamento” se intensifica a partir da ascensão da chamada “nova classe média” ao mundo do consumo como elemento do desejo mimético e causa possível do conflito, ou seja, o estranhamento dessa classe por parte da elite. Quando a classe média passa a desejar e pode operar o consumo dos mesmos objetos que a elite tradicional, instaura-se um conflito social em torno da disputa desse desejo mimético.

No caso do *impeachment* da presidenta Rousseff, a partir de conflitos sociais derivados da crise econômica e das investigações de corrupção na Operação Lava Jato, o Partido dos Trabalhadores (PT), ao qual é filiada Dilma Rousseff, teve os dedos apontados contra si como causa dos distúrbios, mobilizando um discurso antipetista em enunciados como “A culpa é do PT” e “Fora Dilma e leve o PT junto”.

A solução proposta para o conflito se explica e se manifesta no discurso, inclusive midiático, pelo mecanismo do bode expiatório: temos de acabar com o PT e tirar Dilma para apaziguar a sociedade, porque o PT inventou a divisão da sociedade.

Como resultado, no processo do *impeachment* foi operado um discurso de apaziguamento social, típico do mecanismo do bode expiatório, manifestado em três enunciados que analisamos aqui: o discurso de posse do presidente interino Michel Temer em 12 de maio de 2016, a fala do juiz responsável pela Operação Lava Jato Sérgio Moro em 11 de maio de 2016, analisadas em duas notícias publicadas pelo portal *G1*, e a capa da revista semanal *IstoÉ* (número 2424).

Tiburi (2015) aponta que é uma característica fascista não se permitir o encontro com o outro e a sua escuta. Ao outro não deve ser permitida a existência pública, inclusive na forma de expressar a sua opinião e versão sobre os fatos. O discurso que opera é autoritário e, portanto, fechado ao diálogo. No contexto contemporâneo brasileiro, destaca Tiburi (2015), o alvo do fascismo e do ódio ao outro se dirige contra o governo da presidenta Dilma Rousseff, o seu partido e o ex-presidente Lula. Desse modo, não parece improvável que a tendência fascista de silenciar o outro esteja se manifestando no caso sob análise, caracterizando tal outro que precisa ser destruído na esfera pública e política do Brasil como sendo o próprio Lula e seu partido. Fossem

coerentes, como expressam Lemos & Aguiar (2013), empresas jornalísticas assumiriam essa sua tal postura ideológica fascista e antipetista, conforme o que afirma Nogueira (2016).

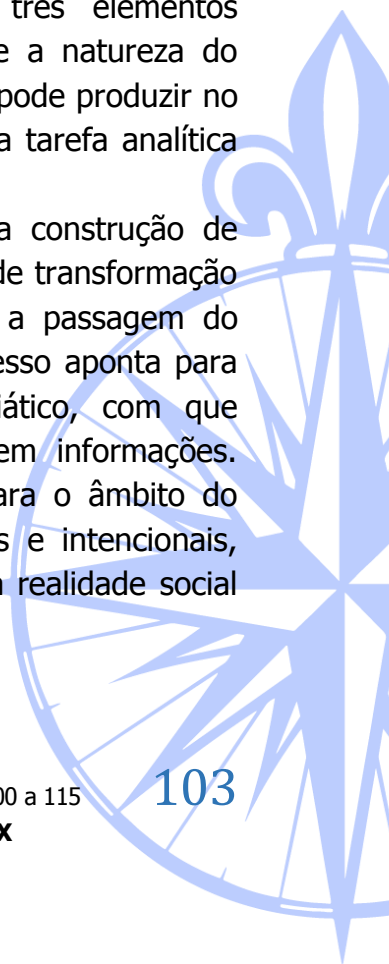
Não podemos esquecer, no entanto, a dificuldade que as associações empresariais de comunicação têm com o diálogo, o que foi manifesto, por exemplo, quando a Associação Nacional de Jornais foi ao STF⁴ contra a lei do direito de resposta. Antes de ser uma atitude fascista especialmente voltada contra o ex-presidente Lula e seu partido, o autoritarismo em questão é ainda mais amplo, aproveitando-se do clima e da atitude fascista denunciados por Tiburi (2015) para dirigir-lhe o enfoque. Aliás, diz Tiburi (2015) que é o discurso da mídia grandemente responsável pela fortalecimento de tais tendências antidemocráticas no Brasil contemporâneo, destacando que muito poucos têm algo a ganhar com o enfraquecimento da política - como vivência democrática e social - promovido por esse linchamento público e midiático do outro do que é exemplo o caso analisado.

Discursos do jornalismo e da mídia

Em nosso trabalho compreendemos os modos de organização dos discursos da mídia a partir do referencial em Charaudeau (2006). Charaudeau (2006, p. 40) entende que descrever o sentido de discurso no âmbito da informação equivale a interrogar sobre três elementos principais: a mecânica de construção do sentido, sobre a natureza do saber que é transmitido e sobre o efeito de verdade que pode produzir no receptor, elementos textuais que podem ser utilizados na tarefa analítica de compreender os discursos e suas diversas nuances.

Charaudeau (2006, p. 41) compreende que essa construção de sentido se dá através de dois processos, que ele chama de transformação e de transação. O processo de transformação sinaliza a passagem do "mundo a significar" em "mundo significado". Esse processo aponta para operações de linguagem que fazem, no campo midiático, com que acontecimentos cotidianos possam ser transformados em informações. Trata-se da passagem, portanto, do fato corriqueiro para o âmbito do discurso informativo – repleto de elementos ideológicos e intencionais, como é a linguagem. É a transformação do elemento da realidade social em notícia.

⁴ Supremo Tribunal Federal.



Ao selecionar os elementos que comporão seu texto dentre os disponíveis no mundo a significar, o sujeito elege um mundo significado de acordo com seus interesses e intenções, enquadrando o real a fim de construir uma determinada perspectiva da realidade social a ser transmitida no texto informativo produzido. Em outras palavras, o texto informativo e jornalístico jamais poderá ser neutro ou objetivo conforme apregoa a ideologia do jornalismo como espelho da realidade. O discurso da mídia é sempre engajado, parcial, comprometido e intencional, mesmo, e principalmente, quando afirma o contrário e opera artifícios de apagamento e rarefação das subjetividades e intencionalidades nele contidas.

O mundo significado, manifesto no enunciado final do texto jornalístico, é a formatação concreta da construção discursiva e linguística, promovida pelo sujeito-autor, carregada de sua subjetividade, ideologia, visão de mundo e intenção comunicativa.

O espaço discursivo “petista/antipetista”

Cada discurso constitui um universo semântico específico. Mesmo que os discursos não sejam ilhas semânticas, mas estejam continuamente, desde sua gênese, em contato com outros discursos, ainda assim cada um tem características e competências próprias, que só podem ser lidas dentro da formação discursiva que o inscreve. O Outro é sempre um simulacro traduzido dentro da própria formação discursiva, e não pode ser lido a partir das referências discursivo-semânticas desse Outro, mas apenas daquelas inerentes à formação discursiva do Mesmo, do “eu” do discurso.

Mainueneau (2008) propõe estudar o interdiscurso para compreender as relações entre os discursos que o constroem, pois um discurso não existe isoladamente, nem foi gerado isoladamente, mas sempre em relação com pelo menos um outro discurso. Há sempre o discurso do “Mesmo” e o discurso do “Outro”. O interdiscurso é caracterizado por uma tríade: universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo. O universo discursivo é o grupo de todas as formações discursivas possíveis em um determinado contexto. O campo discursivo é o conjunto de formações discursivas que, em um determinado universo, se relacionam de algum modo, confrontando-se, aliando-se ou identificando-se como aparentemente neutras. O espaço discursivo é um subconjunto de formações discursivas de um determinado campo que compõe o espaço de trocas cuja relação o analista estuda.

Por maior que seja a oposição com que um discurso lê o Outro num determinado espaço discursivo, essa oposição existe apenas dentro da sua formação discursiva. De acordo com Maingueneau (2008), o modo como se enxerga o Outro, como negativo a seu registro positivo, não é o registro positivo com que o Outro lê seu próprio discurso, bem como o registro positivo do Mesmo não é o que o Outro identifica como o seu registro negativo, mas somente simulacros. Esse simulacro do Outro é uma consequência do funcionamento da formação discursiva uma vez que a polemização com o Outro garante a identidade de um discurso, pois é no olhar do Outro e no olhar o Outro que se constrói a própria identidade; por isso a relação com o Outro é função da relação consigo.

O processo de tradução de um enunciado de uma formação discursiva em outra não é como na tradução de um idioma a outro, isto é, não é a substituição de uma expressão por outra equivalente. Essa tradução, segundo Maingueneau (2008), é um mecanismo que permite que aquele enunciado em uma formação discursiva alheia seja interpretado dentro do sistema de restrições semântico próprio desta formação, sem qualquer simetria direta com a semântica pertinente ao discurso do qual vem o enunciado a ser “traduzido”. É o “Pentecostes pervertido” (p. 100), pois os enunciados só podem ser lidos no fechamento semântico do intérprete, ou seja, apenas nas possibilidades permitidas pela sua formação discursiva, mesmo que não haja um equivalente no Outro.

No campo discursivo político pertencente ao universo do cenário político brasileiro há um forte antagonismo entre duas formações discursivas, o “petismo” e o “antipetismo”, constituintes de um espaço discursivo “petista/antipetista”. O sistema de restrições semânticas que caracteriza a formação discursiva “antipetista” compreende a valorização de atributos como: o combate à corrupção, a defesa da família tradicional brasileira, um rigoroso combate à criminalidade, o cidadão de bem, o liberalismo econômico. Consequentemente, atribui a seu “Outro”, representado pelo simulacro construído da formação discursiva “petista”, aquilo que para o “antipetismo” é visto como seus registros negativos: o marxismo (e o comunismo e o socialismo), o bolivarianismo, a corrupção sistêmica, a depravação da família, o criminoso, o amante de bandidos.

É impossível que o enunciador de um discurso reproduza os enunciados de seu Outro tal qual o Outro os enunciaria. Os atributos que o “petismo” atribui a si positivamente não têm o mesmo valor semântico

que os registros negativos que o “antipetismo” atribui a seu Outro; da mesma forma, os atributos negativos que o “petismo” atribui ao seu Outro não são aqueles positivos que o “antipetismo” assume. A descontinuidade que funda o espaço discursivo se manifesta justamente aí, pois em uma formação discursiva os enunciados só podem ser interpretados de uma maneira: aquela concernente à competência inerente àquela formação. Qualquer interpretação dos enunciados do Outro será apenas um simulacro desse Outro, um avesso à própria formação discursiva.

A encenação do drama político no Brasil

Na política, assim como em qualquer outra coisa, nada é abordado por uma única perspectiva. Tudo é lido a partir de pelo menos duas perspectivas discursivas antagônicas, que não existem apenas para gerarem esse antagonismo entre si, mas que estão imersas em um modo de pensar e de viver. Charaudeau (2016, p. 90-91, *grifos do autor*) retoma uma comparação da cena política a um palco de teatro, onde são encenados dramas e tragédias, e faz uma leitura da ação política a partir das três fases clássicas do drama, em esquema similar àquele proposto na teoria mimética de Girard:

a) uma situação de crise que se caracteriza, aqui, pela existência de *uma desordem social* de que os cidadãos (ou uma parte da coletividade) são as vítimas; b) uma *fonte do mal*, razão de ser da desordem, que pode encarnar-se numa pessoa, que deve ser achada e denunciada; c) uma possível *solução salvadora*, que pode encarnar-se na figura de um salvador que proporá reparar a situação de desordem. Trata-se então, do velho esquema cristão da Redenção, que tem suas raízes em mitos sacrificiais muito antigos (o bode expiatório) e que, no domínio político, se desenvolve segundo o mesmo roteiro.

Na primeira fase destaca-se a “desordem social” que assola o cenário político. A partir dos enunciados analisados depreende-se que, aos adeptos da formação discursiva “antipetista”, a desordem social instalada no Brasil tem como base a corrupção sistêmica e endêmica, que impede o país de se desenvolver, produzindo no público efeitos de indignação. Essa indignação foi manifesta em vários protestos que aconteceram no Brasil desde 2013 contra o fim da corrupção, por “escolas e hospitais padrão

FIFA⁵” (em alusão aos altos gastos de dinheiro público para a Copa do Mundo ocorrida no Brasil em 2014), entre outras reivindicações.

A essa desordem social foi atribuído um rosto, uma “fonte do mal” a quem foi dada a responsabilidade e culpa por tudo o que representasse a corrupção: a administração federal da presidenta Dilma Rousseff e do PT, e uma suposta doutrina marxista libertina que estaria destruindo os valores da família tradicional brasileira e de seus cidadãos de bem e, conseqüentemente, destruindo a nação brasileira em seus vários aspectos (econômico, ético-moral, social, educacional etc.). Rousseff, nesse contexto, foi assumida pela formação discursiva “antipetista” como bode expiatório a ser sacrificado em nome do apaziguamento da sociedade.

Ao bode expiatório na política é atribuído um novo sentido. Enquanto no discurso religioso o bode expiatório é aquele que, inocente, leva para o deserto os pecados do povo de Israel, em que Um substitui a Todos, no discurso político o bode expiatório é um inimigo a ser vencido, um indivíduo ou doutrina a quem serão responsabilizados todos os males, e cuja eliminação sanará os principais problemas de uma sociedade. É, portanto, a busca por eliminar o Outro a partir da sua “demonização”, expressa no simulacro desse Outro constituído na formação discursiva da qual sairá a solução para os males que afligem a sociedade.

A identidade de um discurso, como a identidade de um sujeito, constrói-se dialogicamente em relação com o Outro. É vendo-se no Outro que se vê a si próprio, que se constitui como “eu”, como “Mesmo”, como “antipetista” frente ao Outro “petista”. O Mesmo e o Outro são indissociáveis, e de cujo conflito regulado a formação discursiva retira o princípio de sua unidade. Esse Outro é mais que um interlocutor do discurso, e pode ser entendido como “um *eu* do qual o enunciador discursivo deveria constantemente separar-se” (MAINGUENEAU, 2008, p. 37, *grifo do autor*). Todos os enunciados que não cabem em uma formação discursiva pertencem ao Outro, e a eles o Mesmo rejeita no seu discurso.

Assim, rejeitando o Outro – fonte do mal – e escolhendo um bode expiatório significativo, constituinte desse Outro, para ser sacrificado, chega-se à terceira fase do drama político: “o político produz um discurso destinado a *reparar o mal existente*, por encantações mais ou menos mágicas sobre a identidade do povo.” (CHARAUDEAU, 2016, p. 95, *grifos do autor*). No interior da formação discursiva “antipetista” propõe-se uma

⁵ Federação Internacional de Futebol Associado.

possível solução salvadora, que deverá sanar os problemas causados pelo Outro, antes de tudo, invocando-se como parte de seu público, evocando um “Nós”, sentimento identitário coletivo, que se une à comunidade indignada. No discurso, então, propõe-se como solução o *impeachment* da presidenta Rousseff, a fim de marginalizá-la junto com o PT da administração pública federal, fazendo ascender à presidência o vice-presidente dissidente Michel Temer, cujo discurso pertence, então, à esfera do “antipetismo”. O que importava, na verdade, era que se fizesse verdadeiro o desejo expresso no enunciado antipetista que pregava: “Fora Dilma e leve o PT junto”.

Rousseff foi afastada temporariamente da Presidência da República pelo Senado Federal em 12 de maio de 2016 e definitivamente em 31 de agosto de 2016. Temer assumiu interinamente a Presidência no mesmo 12 de maio, quando, em seu discurso de posse, enunciou:

É urgente pacificar a nação e unificar o Brasil. É urgente fazermos um governo de salvação nacional. Partidos políticos, lideranças e entidades organizadas e o povo brasileiro hão de emprestar sua colaboração para tirar o país dessa grave crise em que nos encontramos. O diálogo é o primeiro passo para enfrentarmos os desafios para avançar e garantir a retomada do crescimento. Ninguém, absolutamente ninguém, individualmente, tem as melhores receitas para as reformas que precisamos realizar. Mas nós, governo, Parlamento e sociedade, juntos, vamos encontrá-las. (G1, 2016a).

Como parte do processo de solução para a desordem social, cuja primeira etapa se consolidava com o *impeachment* de Rousseff, o bode expiatório, a etapa seguinte se concretizaria com o apaziguamento da nação, vítima de inúmeros protestos à direita e à esquerda nos meses que antecederam a votação do *impeachment*.

Durante os 28 minutos de discurso no Palácio do Planalto Temer apresentou sua plataforma de governo, na tentativa de promover a “pacificação da nação”. Outro enunciado dentro do tema do apaziguamento social e da reconstrução da nação presente no discurso de Temer é “Não fale em crise, trabalhe”:

Eu quero ver até se consigo espalhar essa frase em 10, 20 milhões de outdoors por todo o Brasil, porque isso cria também um clima de harmonia, de interesse, de otimismo, não é verdade? Então, não vamos falar em crise, vamos trabalhar.” (G1, 2016a).

O mesmo discurso de apaziguamento social foi assumido pelo juiz federal Sérgio Moro, em palestra realizada na Universidade Estadual de Maringá (UEM) na noite do dia 11 de maio, enquanto acontecia no Senado Federal a votação pelo afastamento de Rousseff. A palestra foi divulgada em notícia do portal *G1*, do qual pertence o trecho:

É importante, num momento político talvez conturbado, que nós pensemos essas questões apartidariamente e com espírito de tolerância. Nós temos que tratar essas questões com racionalidade e sem rancor ou ódio no coração[...] Devemos continuar sendo intolerantes em relação a esses esquemas de corrupção sistêmica, não pra dirigir rancor ou ódio a pessoas que eventualmente recaiam na tentação de cometer esse tipo de crime, mas no sentido de nós atuarmos para a resolução desse problema e que eles não voltem a acontecer, completou Moro [...] (G1, 2016).

Nota-se em todo o trecho destacado marcas discursivas alusivas à busca pelo apaziguamento social. O pedido de pensar “apartidariamente e com espírito de tolerância”, e tratar as questões sobre o momento político do país “com racionalidade e sem rancor ou ódio no coração” são fortes enunciados relacionados discursivamente ao mesmo “pacificar a nação e unir o Brasil” do discurso de posse de Temer, que seria proferido um dia depois daquele do juiz Moro. Também faz parte da formação discursiva “antipetista”, no que concerne à identificação da corrupção como elemento de desordem social e que deve ser combatido, dentro do contexto de se alcançar a paz na nação como meta, a segunda frase em discurso direto de Moro, na qual prega a intolerância contra a “corrupção sistêmica”, não como forma de dirigir ódio ou rancor aos supostos responsáveis por esse estado de desordem, mas a fim de efetivamente solucionar o problema da corrupção de modo a que não volte a macular a sociedade brasileira.

Ainda sobre o discurso anticorrupção de Moro, destaca-se o seguinte trecho de discurso direto do juiz na notícia do portal *G1*:

“[Nesse] quadro de corrupção sistêmica, o vilão não é unicamente o poder público. A corrupção envolve quem paga e quem recebe. Ambos são culpados e ambos, se provada a sua responsabilidade na forma do devido processo penal, têm que ser punidos na forma da lei. Tenho aceitado esses convites para palestras para dar mais ou menos esse recado óbvio: você quer mudar o país, você quer

superar esse esquema de corrupção sistêmica, não pague propina”, reforçou. (G1, 2016).

Nesse trecho, Moro reforça a importância de combater legalmente a “corrupção sistêmica”, que não está somente no poder público, mas também na outra parte da negociação escusa. Indica que há, ainda, um longo caminho a percorrer até chegar à verdadeira “justiça”. Coloca-se, ao fim, como protagonista desse movimento de libertação nacional, por aceitar convites para palestras para dar um recado “óbvio”, dirigindo-se diretamente ao seu interlocutor para dizer-lhe que ele também pode ser protagonista no processo de mudar o país, acabando com a corrupção sistêmica, se ele também se recusar a pagar propina.

Os enunciados analisados neste trabalho, acerca do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (PT), operam sobre aquilo que Charaudeau (2006, p. 45) chama de saberes de crença, ou seja, “os saberes que resultam da atividade humana quando esta se aplica a comentar o mundo[...]”. Não mais falamos de inteligibilidade e racionalidade do discurso da informação, mas em avaliação de sua legitimidade e apreciação de seus efeitos. O discurso do *impeachment* apontou Dilma e o PT como culpados de todos os problemas do país e que, por isso, deveriam ser eliminados. Esse discurso, fundado no saber de crença, fez da presidenta da República o perfeito bode expiatório. Esses sistemas de crença interpretam o discurso e os acontecimentos do mundo a partir das maneiras como regulam as práticas sociais, uma vez que criam normas de comportamento, relacionamentos e manifestam padrões de ética e moral. Segundo Charaudeau (2006, p. 46), as crenças dão conta do mundo e do discurso no que se refere a esses elementos e também aprofundam tais questões, avaliando as próprias práticas sociais e comportamentos. Assim, os saberes de crença avaliam o mundo social a significar, manifestando-se, nesta conformação do discurso da informação, em confronto com padrões estabelecidos – que podem ter sido estabelecidos por diversos sistemas ideológicos de interpretação do mundo e/ou por suas representações sociais, como a religião e a cultura, por exemplo: se é bom ou mau; se é belo ou feio; se é agradável ou desagradável; se é útil ou inútil; se é eficaz ou ineficaz.

Dessa maneira, diz CHARADEAU (2006, p. 46), as crenças, ao emergirem em enunciações informativas na forma de construções argumentativas, convidam o receptor a partilhar dos julgamentos sobre o mundo emitidos pelo sujeito-autor, funcionando, também, como interpelação do outro, que se vê obrigado a tomar posição frente à

avaliação que lhe foi proposta no discurso. Com a destituição de Dilma, o país será apaziguado.

Análise do discurso em uma capa da revista *IstoÉ*

A revista *IstoÉ*, editada e publicada pela Editora Três, é uma publicação jornalística semanal brasileira de informação geral. Embora se apresente como independente da influência de grupos econômicos e políticos, isso não significa que o discurso da revista seja imparcial ou neutro quanto à política e economia brasileiras. A capa da edição nº 2424 da *IstoÉ*, publicada em 25 de maio de 2016 (**Figura 1**), que analisaremos, mostra que o discurso da publicação é o mesmo discurso de apaziguamento social da formação discursiva “antipetista”. Esta edição da revista foi publicada 12 dias após o afastamento de Dilma Rousseff da Presidência da República.

A capa tem, sobre um fundo branco, como manchete, o enunciado “Porque é importante pacificar o Brasil”, e como subtítulo o enunciado “É possível baixar a temperatura do embate político e criar um ambiente favorável à retomada do desenvolvimento”.

Acima destes enunciados há uma representação de uma operação matemática de adição: a imagem de uma coxinha, o símbolo “+”, a imagem de um sanduíche de mortadela, o símbolo “=”, e uma imagem da bandeira do Brasil. As expressões “Os notáveis da economia”, “Exclusivo” (referentes a outros enunciados que não analisaremos), o nome “IstoÉ” e a palavra “pacificar” estão grafadas na cor verde-bandeira. “Pacificar”, ainda, está em posição de destaque no enunciado, contrastando com o restante do enunciado por estar em cor diferente (o restante do enunciado está em cor preta) e por estar em um corpo de fonte maior do que as demais palavras da manchete. O nome



Figura 1: Capa da *IstoÉ* nº 2424

“IstoÉ”, a representação gráfica da operação de adição, o título e o subtítulo da manchete estão em alinhamento centralizado à página.

O enunciado “Porque é importante pacificar o Brasil: é possível baixar a temperatura do embate político e criar um ambiente favorável à retomada do desenvolvimento”, que, na condição de manchete remete à reportagem principal da edição, tem os mesmos elementos presentes nos enunciados do presidente Michel Temer e do juiz Sérgio Moro, a saber, a defesa do argumento de esfriar os ânimos no embate político nacional a fim de trazer paz à nação e, assim, retomar o desenvolvimento, minado pelo governo petista afastado. A ênfase dada à palavra “pacificar” mostra a importância dada pela equipe editorial da *IstoÉ* à urgência de se concretizar a mesma solução salvadora da formação discursiva “antipetista”.

A operação de adição que soma dois alimentos (coxinha e sanduíche de mortadela), tendo como resultado a bandeira do Brasil, também é parte do discurso de apaziguamento social. O Outro do discurso “petista”, representado pelo simulacro “antipetista” naquele discurso, é pejorativamente chamado de “coxinha”, cuja origem da alcunha não é conhecida. Já o Outro do discurso “antipetista”, representado pelo simulacro “petista” no discurso, é chamado pejorativamente de “mortadela”, e surgiu como contraponto à alcunha de “coxinha” em referência aos lanches que militantes petistas recebiam nos protestos, na maioria das vezes sanduíche de mortadela. A bandeira do Brasil, como símbolo oficial nacional, representa a própria nação brasileira. Portanto, a ideia de pacificação está presente neste enunciado, apontando que “coxinhas” e “mortadelas” devem se unir para o bem do país. Essa ideia de pacificação, integração nacional entre posições políticas diferentes, também está presente no verde das palavras “IstoÉ” e “pacificar”, visto que é o mesmo verde presente na bandeira do Brasil. Além disso, a cor branca, que domina o fundo da capa, é constantemente associada à paz.

Portanto, contrapondo à própria apresentação de si da revista como independente de grupos políticos e econômicos, os enunciados da manchete da capa da edição nº 2424 da *IstoÉ* estão inscritos na formação discursiva “antipetista”, ao evocar o mesmo discurso de apaziguamento social já enunciado anteriormente nesta formação discursiva.

Considerações finais

Os atores políticos se apropriam do drama teatral para produzirem sua própria encenação dramática no real, no cotidiano democrático. A fim de justificar os próprios atos, estabelecem a cena política em três atos, a saber, a descrição de uma situação de desordem social, a identificação de uma “fonte do mal” responsável pela desordem, e a proposição de uma possível solução que deverá resgatar a sociedade do mal a ela infligido.

Este passo a passo pôde ser observado no processo de impedimento da presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, desde sua gênese, nos protestos populares de 2013, e na crescente onda de indignação contra a política tradicional brasileira, canalizada pelos movimentos e partidos de oposição, em manifestações contra o Poder Executivo, cuja imagem era Rousseff, o ex-presidente Lula e o PT. Os enunciados já citados “A culpa é do PT” e “Fora Dilma e leve o PT junto” são claros exemplos do discurso antipetista que se fortaleceu até atingir seu ápice em 2016, quando em maio Rousseff foi provisoriamente afastada do cargo de presidenta da República e definitivamente impedida no mês de agosto.

O discurso pós-*impeachment* enunciado pela formação discursiva “antipetista” pregava o apaziguamento social, como forma de continuar a tirar o Brasil do atraso e retomar o desenvolvimento econômico, paralisado e destruído durante os governos petistas. A hora era de “pacificar o país e unificar a nação” e de não pensar em crise, mas trabalhar pela recuperação do país. Esse discurso não foi assumido apenas por atores político-partidários opositores, mas também por membros do Poder Judiciário e pela mídia hegemônica, como foi possível observar nos enunciados analisados.

Os três enunciados analisados compõem a cena do sacrifício do “bode expiatório”, que significaria o apaziguamento da situação social - pacificar a nação e fazer crescer a tolerância entre os grupos sociais em conflito. O discurso jornalístico presente na *IstoÉ* nº 2424 auxilia em reforçar a mensagem que se quer transmitir de que o momento é de apaziguar a sociedade. A partir da análise percebe-se que é do interesse da revista *IstoÉ*, enquanto mídia, dar voz a enunciados que corroborem o posicionamento político-econômico-discursivo “antipetista” do veículo, sob o véu da “informação em benefício da cidadania”.

Por outro lado, entende a teoria mimética que, uma vez sacrificado, o “bode expiatório”, tendo sido responsável pelo apaziguamento social, passa a ser visto como santificado. Tal apaziguamento é mais efetivo à medida em que todos os grupos em conflito reconhecem no personagem

apontado para o papel de “bode expiatório” a responsabilidade pelos problemas sociais e no seu sacrifício a solução possível. Também é possível que, santificado, o “bode expiatório” retorne como figura mítica e salvadora para a sociedade - o que pode ser um dos elementos que ajude a explicar porque após dois anos o PT tem eleito a maior bancada para a Câmara dos Deputados e o maior número de governadores em 1º turno nas eleições gerais de 2018.

A discussão apresentada aponta para a necessidade de aprofundamento da análise do discurso da mídia em contato com a realidade política nacional, e de como se dá a cobertura noticiosa dos principais acontecimentos políticos pelos veículos jornalísticos. A imparcialidade jornalística é um mito, e analisar o discurso no jornalismo é um dos caminhos para reforçar essa ideia e, também, indicar qual o posicionamento que uma mídia adota frente às várias temáticas em discussão na sociedade.

Referências

CHARAUDEAU, P. **A conquista da opinião pública**: como o discurso manipula as escolhas políticas. São Paulo: Contexto, 2016.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

GOLSAN, R. J. **Mito e teoria mimética**: introdução ao pensamento girardiano. São Paulo: É Realizações, 2014.

ISTOÉ. São Paulo, nº 2424, 25 maio 2016.

KIRWAN, M. **Teoria mimética**: conceitos fundamentais. São Paulo: É Realizações, 2015.

LEMOS, Daniel; AGUIAR, C. Parresia e Ética em Jornalismo: a Coragem da Verdade na Prática Investigativa. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 36., 2013, Manaus. **Anais eletrônicos...** Manaus: INTERCOM, 2013. Disponível em:

<<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-0484-1.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2018

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MORO diz que é preciso não ter “ódio no coração” sobre momento político. **G1**, Maringá, 12 maio 2016. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2016/05/moro-diz-que-e-preciso-nao-ter-odio-no-coracao-sobre-momento-politico.html>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

NOGUEIRA, P. Como interpretar a inédita correção d'O Globo na 1.a página. **Diário do Centro do Mundo**. Disponível em:

<<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/como-interpretar-a-inedita->

O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF E O DISCURSO SOBRE O APAZIGUAMENTO SOCIAL NA IMPRENSA BRASILEIRA

correcao-do-globo-na-1-a-pagina-por-paulo-nogueira/>. Acesso em: 12 fev. 2016.

TIBURI, Marcia. **Como conversar com um facista**. São Paulo: Record, 2015.

VEJA a íntegra do primeiro discurso de Temer como presidente em exercício. **G1**, Brasília, 13 maio 2016a. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/05/veja-integra-do-primeiro-discurso-de-temer-como-presidente-em-exercicio.html>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

